Praxes e política

No mesmo dia que saiu um relatório da Comissão Europeia a dizer que o Estado português pouco tem feito para combater a corrupção, o programa *Prós e Contras* trouxe a debate as praxes académicas, salientando-se a posição “habilidosa” de um professor de direito que, sem nunca reconhecer as responsabilidades próprias – ao contrário do que fez o professor de psiquiatria explicitamente – dispersou culpas para as políticas governamentais e para a autorregulação dos abusadores organizados “livremente” para que não abusem demais.

Resumindo um debate pobre, ninguém esteve ali para explicar as violências expressamente impostas pelo código da praxe – muito bem trazida a debate pela jornalista Fernanda Câncio – ou as imagens das humilhações das praxes, trazidas pelo realizador de um documentário com o mesmo nome – que usa o seu trabalho para o combate anti-praxe. Mas esteve a representante de uma associação anti-praxe constituída há uma semana, isto é, já bem depois da exploração do escândalo das mortes de seis jovens em praxe na praia do Meco. Mais vale tarde do que nunca. E como estamos necessitados de compromissos destes. Obrigado,

O argumento a favor da praxe foi que ela é “informal”, não existe a não ser na cabeça de quem quer brincar às praxes, como forma de convívio – como o desporto, o teatro, os clubs de discussão. É claro, argumentou o presidente da AAC, que é uma coisa mais ao gosto popular, como a imbecilidade do Dux representante da praxe de Coimbra. Imbecilidade estudada, ou não fosse representante de estudantes. Os abusadores clandestinos que se escondem na hierarquia das praxes escudam-se na imbecilidade dos seus Dux e atrás, também, da conivência do direito e dos jotas, que usam “livremente” as associações de estudantes para se prepararem para a vidinha política.

As praxes, para os seus defensores, são as partes não criminalizáveis das praxes (o traje, as serenatas, a recepção aos caloiros, a procura de amizades), tal como as actividades legais dão cobertura aos abusos de poder, aos ilícitos, nos negócios ou na política. As praxes são uma vigarice organizada por irresponsáveis, a coberto dos poderes instituídos, para manifestar a superioridade natural dos superiores. Sejam eles os Dux ou os ricos ou a *troika* ou os políticos ou os representantes das associações académicas, todas, como se viu, fiéis ao seu eleitorado estudantil organizado.

São as jotas a preparar a integração nas sociedades secretas que, segundo alguns, dominam as instituições portuguesas, sobretudo as instituições judiciais. Como no futebol, vêm agora os defensores das praxes e dos abusos sexuais dizer-nos que quem é contra as praxes deve provar, caso a caso, cada crime cometido por membros isoláveis (e, em abstracto, condenáveis, e com direito a defesa). Como em teoria tudo o que seja condenável não é praxe, os juristas terão aí mais uma fileira de rendimentos por muitos anos.

Há duas formas de desmontar estes raciocínios: a) a apresentação de casos e mais casos de abusos nas praxes, como se propõe fazer, e muito bem, a associação anti-praxe representada no debate; b) impor às instituições universitárias um ambiente civilizado, anti-competitivo, anti-corrupção, anti-legalista, democrático, preocupado com a prevenção da violência, em particular de género. Ambos os raciocínios podem e devem articular-se. Criar um movimento de cura para os sobreviventes da praxe deve saber mobilizá-los, juntamente com outros sobreviventes, como os bolseiros da FCT ou os enfermeiros da linha Saúde 24 ou outros precários, para uma luta política mais geral, para uma sociedade nova que se está a construir em Portugal. E que convinha que não continuasse a ser protagonizada por sociedades secretas, corrupção mental e corrupção venal.